

Resenha do livro:

CASTANHO, Sérgio. Teoria da história e história da educação: por uma história cultural não culturalista. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

Resenha de:

Jeferson Anibal Gonzalez¹

Sérgio Castanho é professor doutor do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (DFHE/FE/UNICAMP) e o texto aqui resenhado é fruto do relatório de pesquisa realizado a partir da licença sabática que obteve tendo em vista uma investigação específica sobre: 1) teoria da história; e 2) histórica cultural e história da educação. Esses dois pontos do projeto inicial configuram os capítulos 1 e 2, respectivamente, do relatório agora publicado em livro. O capítulo 1 – Teoria da história – está subdividido em três partes: 1. Marx e a história; 2. Materialismo histórico, antiestruturalismo, projeto social e defesa da história diante do pós-modernismo. O capítulo 2 – História cultural e história da educação – apresenta duas subdivisões: 1. Formação da história cultura; 2. História cultural, educação e história da educação. A publicação conta com prefácio do Prof. Dr. José Luis Sanfelice e contracapa do Prof. Dr. Dermeval Saviani.

No primeiro capítulo, Castanho inicia a discussão sobre o sentido da história ou simplesmente “para que serve a história?”. Em diálogo com historiador Marc Bloch, assume a distração e o divertimento como um dos sentidos possíveis da história; porém, afirma que essa função não basta à história, pois ela é: “(...) a trama da existência humana, o que aconteceu, acontece e está por acontecer com os homens em sociedade. Mas é, simultaneamente, o conhecimento, com maior ou menor grau de certeza, com maior ou menor grau de rigor analítico, do que sucedeu ou está sucedendo na sociedade humana.” (p.4). Em diálogo com Lucien Goldmann conclui que “a mudança nas sociedades humanas de todos os tempos e lugares é o de que trata a história como ciência” (p.5). A *historiografia* é identificada como a “história da história” em dois sentidos: na elaboração da metanarrativa historiográfica e no estudo das condições da própria história como conhecimento científico. Esse segundo caminho é o que o autor denomina teoria da história, que se diferencia da filosofia da história identificada como “esforço radical para desvelar o processo de humanização – ou de revelação da essência humana – na temporalidade” (p.06), já a teoria da história busca compreender a história como construção do conhecimento.

A frase de Marx e Engels riscada em *A Ideologia Alemã* (“Nós conhecemos uma única ciência, a ciência da história”) é o mote para as discussões da primeira parte – Marx e a história. Em concordância com José Paulo Netto, Castanho assume a denominação “marxiana” ao se referir às obras de Marx, já que entende existir não um marxismo, mas vários marxismos. Passa, então, a discutir algumas questões polêmicas como o “corte epistemológico” na obra marxiana e o economicismo. Sobre o “corte”, argumenta que há uma profunda unidade epistemológica na obra marxiana, preponderando tanto na juvenil quanto na maturidade a categoria da *totalidade*, que não também negaria a alcunha de economicista a Marx já que a totalidade das relações só existe a partir da *mediação* entre as dimensões do real, entre elas a econômica. Identificar essa essas mediações é papel do historiador, não entendido como um acadêmico, mas um “intelectual voltado para a prática política”. O materialismo histórico, nesse sentido, é identificado como “a integração das múltiplas determinações do real com base na produção matéria da existência” (p.8).

Apoiando-se novamente nas assertivas de José Paulo Netto, discute a teoria marxiana da história, apoiada na centralidade da categoria práxis, na qual se ancoram outras categorias como totalidade, negatividade e mediação; ressalta a questão da subjetividade o papel do sujeito “através do dinamismo conflitivo das classes sociais”, que apesar de ser apenas esboçada no capítulo LII do Livro Terceiro de O Capital, perpassa a obra marxiana como o motor do movimento histórico. Aqui entra a discussão sobre certo determinismo, evolucionismo e mesmo cientificismo positivista na obra de Marx. Sérgio Castanho responde a essas questões inferindo que Marx logrou encontrar leis no processo histórico a partir da análise contemporânea, já que o contemporâneo é mais complexo, colocando a discussão em termos de complexidade e não de “aperfeiçoamento” como faz a teoria evolucionista. Sobre as leis, Marx não buscaria leis imutáveis como nas leis do universo físico, mas leis tendenciais, ou seja, a teoria procura o processo histórico no qual a sociedade revela suas tendências. Posto essas questões preliminares, nas quais tratou de grandes polêmicas do pensamento marxista, o autor passa a analisar a teoria da história contida nas obras marxianas. Castanho aponta que já nas obras iniciais de Marx, como a *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843) e na *A questão judaica* (1844), é possível encontrar pistas de sua teoria da história a partir da crítica ao idealismo alemão e seus seguidores. Em *A ideologia alemã* (1845-1846) identifica a primeira formulação do materialismo histórico, propugnando a observação empírica como base metodológica, mas ressalta que não se trata de um empirismo ingênuo. “Trata-se de uma aproximação do material empírico (os fatos, revelados pelas fontes) carregada de instrumental teórico que considera que as relações sociais e políticas dos homens são determinadas pela produção”. (p.14). Encontrado o fundamento materialista da teoria marxiana, é analisada a categoria totalidade que contraria a explicação histórica calcada somente na visão microestrutural, particularizada, ou seja, compreende que a explicação dos fenômenos históricos não se restringe à *coisa-em-si*, “mas em sua integração ao todo da sociedade em que se insere” (p.16). Ainda com base em *A ideologia alemã*, rejeita-se certa “história das representações” que, a partir de certo recorte, buscaria as representações que determinadores atores históricos fizeram de si mesmo, procedimento considerado tautológico do ponto de vista da teoria marxiana da história; critica-se também a possibilidade de fuga à cientificidade da história ao fazer coincidir fatos com o intuito de legitimar certo discurso. Na obra *Miséria da filosofia* (1847), em debate com Proudhon, Marx critica a toma da de princípios idealizados como determinante da história, o que acarretaria uma história fantasiada, já que perde de vista o homem enquanto criador das condições materiais de sua existência; a partir disso, Castanho tece breve crítica às pesquisas em história da educação que atribuem à filantropia o aparecimento de instituições escolares em meados do século XIX no Brasil: “tal visão quer tirar do coração da história todo antagonismo, transformando as relações sociais numa plácida convivência entre irmãos”. (p.20). Marx e Engels iniciam o *Manifesto do Partido Comunista* (1848) com a frase: “A história de toda a sociedade até hoje é a história da luta de classes”, na qual Castanho chama a tenção para o fato dos autores se referirem à história escrita e dizerem “até hoje”, o que leva à conclusão de que “eliminadas as causas dos conflitos sociais, nada impede que a sociedade do futuro possa vir a harmonizar-se” (p.21). Essa reflexão do autor é importante pois enfrenta as críticas de que Marx apregoaria um fim da história e também utiliza a expressão “sociedade harmônica” sem medo de cair na discussão dos supostos “desvios positivistas de Marx”. Em comentário geral à obra *As lutas de classes na França* (1848-1850), *O 18 Brumário* e *A Guerra civil na França*, Castanho indica que: “o que se vê nesses textos, tratados com a vivacidade do jornalista, o rigor do historiador e a ironia do literato, é a efervescência da luta política, revelando os

interesses das variadas classes e das variadíssimas frações de classes e as estratégias por elas empregadas para a conquista de posições políticas e de poder” (pp. 22-23); após o comentário, passa-se à análise do conteúdo das obras identificando a maneira como Marx aborda os acontecimentos histórico, busca-se o *modus* da narração. Dando continuidade ao percurso pelas obras marxianas, chega-se aos *Grundrisse – Elementos fundamentais para a crítica da economia política (rascunho)* – manuscrito redigidos por Marx entre 1957 e 1958; analisando a introdução do volume I dos manuscritos, conhecido como “O método da economia política”, Castanho aponta duas questões consideradas “chaves de ouro” para o conhecimento histórico: a história é uma progressão de determinações e complexidade, logo a sociedade atual é mais complexa, fornecendo categorias à investigação das organizações sociais anteriores – “A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”, como escreveu Marx; a outra questão seria a da superação, na qual compreende-se que no processo de superação de uma sociedade por outra, a nova sociedade guarda elementos da velha sociedade, o que permite o conhecimento histórico. Castanho continua a leitura dos *Grundrisse* indicando como Marx tratou algumas questões como a linguagem (produto e identidade da comunidade), o desenvolvimento histórico (do artesanato ao comércio) e os valores de liberdade e igualdade como produtos da formação da sociedade burguesa. Na leitura de *O Capital*, Sérgio Castanho percorre os principais temas trabalhados como o dinheiro, mais-valia absoluta, mais-valia relativa, cooperação no trabalho, mercadoria, acumulação primitiva, tecnologia, crises cíclicas e a lei da queda tendencial da taxa de lucro, demonstrando a profunda historicidade com que Marx trabalha todas essas questões ao longo das mudanças na produção social da existência. Assim, o autor fecha o primeiro item de seu trabalho deixando transparecer, mesmo que não se expresse dessa forma, que é em *O Capital* que Marx comprova toda a vivacidade de seu método – o materialismo histórico – esboçado nas obras anteriores.

Adentrando-se o segundo ponto da primeira parte do livro, encontra-se a discussão da teoria da história agora a partir da contribuição marxista, especificamente do historiador inglês Edward P. Thompson em sua obra *A miséria da Filosofia*, na qual trava um debate contra a leitura estruturalista do marxismo realizada por Louis Althusser. Para Thompson, segundo Castanho, “o materialismo histórico é válido, mas não como uma gaiola que prende a história, e sim como orientação geral de conhecimento – o tal conhecimento teoricamente orientado – de um processo, conhecimento esse que se origina no trato da experiência histórica” (p.47), compreender o materialismo histórico de outra forma é cair na paralisia teórica, “estase categórica”, a exemplo a sociologia burguesa e do estruturalismo marxista. Josep Fontana é outro historiador a qual o autor faz referência como inspirado em Thompson e, por isso, “não produz uma teoria fora da história para explicá-la, mas esforça-se por aplicar à História os métodos de análise da própria História’.” (p.49). Fechando o item, Castanho enfrenta a discussão com o pós-modernismo, utilizando-se da obra *Em defesa da história* organizada por Ellen Meiksins Wood e John Bellamy Foster; o autor mostra como na obra citada é tratada a questão da “agenda pós-moderna”, reafirmando o marxismo na busca do conhecimento totalizante, desprezado pelos pós-modernista.

No terceiro ponto, o autor se propõe a discutir *algumas* questões relevantes, começando pela memória. Inicia por distinguir memória e história, utilizando a figura de linguagem da semente que não é passarinho e nem por isso deixa de alimentá-lo, ou seja, memória e história não se confundem, no entanto a primeira não deixa de servir como fonte à segunda que a qualifica – a memória é substantiva enquanto a história é adjetiva; o autor prossegue diferenciando memória individual e cultural (coletiva ou social), sendo essas sempre atualizadas e reconstruídas dentro da lógica dominante: “a luta de classes

permanece no mundo cultural”. (p.60). O autor discute, então, a questão do tempo, considerado um símbolo, um fenômeno e, por conseguinte, é tratado de maneira diferente de acordo com estágio de desenvolvimento e organização atingido pela sociedade; na sociedade capitalista, por exemplo, o tempo passou a “exercer papel fundamental na produção de mercadorias através da maximização do rendimento do fator trabalho” (p.62); o tempo, assim, é categoria central para o conhecimento histórico e encerra as noções de passado, presente e futuro. Castanho problematiza a questão do tempo presente, começando pela dificuldade de delimitação do que é esse tempo presente, da influência do passado no presente e mesmo da ideologia daquele momento; outra questão relevante é a da prospecção do futuro; apoiado em Hobsbawn, compreende o passado, o presente e o futuro como um *continuum*: “A humanidade, seja pelos indivíduos, seja pelas sociedades, está sempre se referindo ao passado, ao mesmo tempo em que projeta suas ações para o futuro”. (p.69).

O capítulo 2 é iniciado com a discussão sobre a formação da história cultural; Castanho historiciza, assim, a formação da história cultural que passa da pela história da idéias de cunho cientificista/positivista nos últimos 30 anos do século XIX, que desconsidera o contexto histórico de produção das idéias – “idéias desencarnadas”; nas duas primeiras décadas do século XX, além do positivismo, a história das idéias é influenciada pelo historicismo de Dilthey, Croce e Ortega y Gasset; no restante do século XX, o autor identifica duas fases: de 1930 a 1970 presencia-se a hegemonia do marxismo, já nas décadas de 1970, 1980 e 1990 são marcadas pela ascensão do pós-modernismo. No âmbito do marxismo, destaca as obras de Gramsci, Lukács e Bakhtin num primeiro momento, e posteriormente a chamada “escola inglesa” composta por historiadores ligados ao Partido Comunista Britânico e às revistas *Past and Present* e *New Left Review* nas décadas de 1950/1960, como: Gordon Childe, Christopher Hill, Rodney Hilton, Eric Hobsbawn, Raymond Williams e Edward P. Thompson; na Alemanha, destaca os herdeiros do historicismo de Dilthey e Weber, são eles Karl Mannheim e Nobert Elias. A Escola dos *Annales* é identificada como precursora da história das mentalidades. Passando pela história da idéias e das mentalidades, a história cultural dos anos 1970 aos 1990 manifesta-se em duas tendências: uma que considera o universo das idéias ou intelectual como parte do movimento real da sociedade e outra que ignora essa relação, preferindo enfatizar o *discurso* e *mensagem* num aporte literário; o autor denomina a primeira corrente de *contextualista* (representada por autores como Lucien Goldmann, Louis Althusser e E. P. Thompson), e a segunda de *textualista* (representada principalmente por Michel Foucault); há também uma área ambígua entre *contextualismo* e *textualismo*, na qual se encontrariam autores como Roger Chartier e Pierre Bourdieu.

A segunda parte do capítulo 2 é iniciada com um esclarecimento do autor sobre sua identificação com a história cultural, aceitando-a como legítima, porém vinculada às condições materiais que lhe conferem realidade: “Posiciono-me, por tanto, numa vertente da história cultural a que anteriormente denominei contextualista. Vejo em seu objeto, a cultura, indisfarçável materialidade, de tal forma que me identifico com o materialismo cultural de Raymond Willians.” (p.86). Feita essa “advertência, o autor discute o lugar da história da educação que, em classificações do passado, é compreendida como campo da história cultural; é assim na obra *Teoria da História do Brasil* de José Onório Rodrigues (1969) e em *A cultura brasileira* de Fernando de Azevedo (1943); o autor identifica a visão de cultura de Fernando de Azevedo com o idealismo e elitismo do alemão Wilhelm von Humboldt; em contrapartida, verifica-se que a antropologia cultural contemporânea se opõe a essa visão idealista e elitista compreendendo a cultura como uma “teia de significações”, noção compartilhada por Clifford Geertz. Esse caráter simbólico da cultural

é imprescindível à compreensão dos fenômenos sociais; porém, não dá conta de apreender as causas desses fenômenos – como pretendiam os culturalistas – , já que essas causas devem ser buscadas na produção material da existência. Passa-se a discussão da história enquanto totalidade e suas especializações ou disciplinas; é nesse campo que o autor identifica tanto a história cultural como a história da educação: disciplinas com âmbito próprio, mas sem deixar de ser história; considerando a história enquanto movimento e transformação, “a história da educação se ocupa do fenômeno educativo na medida em que este se transforma.” (p.90). Castanho divide a historiografia educacional em três momentos: um período anterior às décadas de 1970 e 1980, marcado pela preocupação com o *dever ser* da educação, calcando-se nas idéias e propostas que os pedagogos clássicos apresentavam à educação, não havendo preocupação com as *práticas escolares*; um segundo momento compreendido nas décadas de 1970 e 1980, nas quais houve uma reação à historiografia normativa das décadas anteriores, passando-se a relacionar escola e sociedade, com determinação da última sobre a primeira – é o auge do reprodutivismo educacional; nos anos 1990 configurou-se uma reação ampliada à historiografia anterior, com abordagens que vão da “história social da educação” norte-americana (neopositivistas), dialéticas (marxistas) e “crítico-culturais” (neomarxistas), por um lado, e o socioculturalismo de Dominique Julia e Antonio Nóvoa, por outro. Castanho realiza ainda uma consideração sobre o materialismo histórico, afirmando que sua força e validade como instrumento de explicação do fenômeno educativo dependerá da capacidade de adaptação aos novos objetos, problemas e até mesmo procedimentos. Encerrando o capítulo, Castanho considera que o campo da história cultural e o da história da educação apresenta uma intersecção possível não pela absorção de uma pela outra, mas por mútua fecundação.

Como considerações finais, autor reafirma a produção material da existência como determinação geral e inocultável da história; a história como totalidade e unidade, o que não significa desconsiderar suas especializações; em fim, a história cultural e a história da educação ganham “legitimidade justamente na medida em que se articula com a totalidade histórica.” (p.96).

Ao longo do texto, salta aos olhos a consistência teórica com a qual o professor Sérgio Castanho enfrenta as polêmicas da teoria marxista da história – economicismo, evolucionismo e cientificismo positivista, por exemplo, são questões que o autor responde com a clareza daqueles que dominam não somente o texto em si, mas principalmente suas mediações e articulações com o contexto geral da ciência histórica. Por isso, o livro se impõe como leitura indispensável àqueles que se defrontam com a realidade de fenômenos múltiplos, complexos e não se contentam apenas em compreendê-la, mas transforma-la radicalmente.

¹ Mestrando em Educação (FE/UNICAMP) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR/GT-UNICAMP). E-mail: jefersonag@yahoo.com.br